

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.524 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2002

## Conselho de Comunicação Social elege presidente amanhã

PÁGINA 2

### Novas regras reduziram aplicações nos fundos

Um dos fatores da instabilidade econômica que atingiu o Brasil nas últimas semanas foi a mudança, pelo Banco Central, das regras dos fundos de renda fixa e DI

- Com receio de perder dinheiro, os aplicadores começaram a migrar para outros investimentos
- Em poucos dias, mais de R\$ 1,5 bilhão saiu das carteiras, colocando em xeque a credibilidade desse tipo de investimento e levando insegurança ao mercado
- O crescimento da dívida pública e as eleições presidenciais também contribuíram para a instabilidade financeira no mês de junho
- Com a crise, o Brasil foi obrigado a solicitar aporte de US\$ 10 bilhões ao Fundo Monetário Internacional (FMI)

## Malan e Fraga explicam ao Senado mudança nos fundos

A alteração das regras dos fundos de investimentos, que causou a desvalorização de vários deles e turbulência nos mercados, será explicada amanhã pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Arminio Fraga. Eles devem comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

PÁGINA 3



### Proposta que moderniza Justiça deve voltar à CCJ

PÁGINA 3

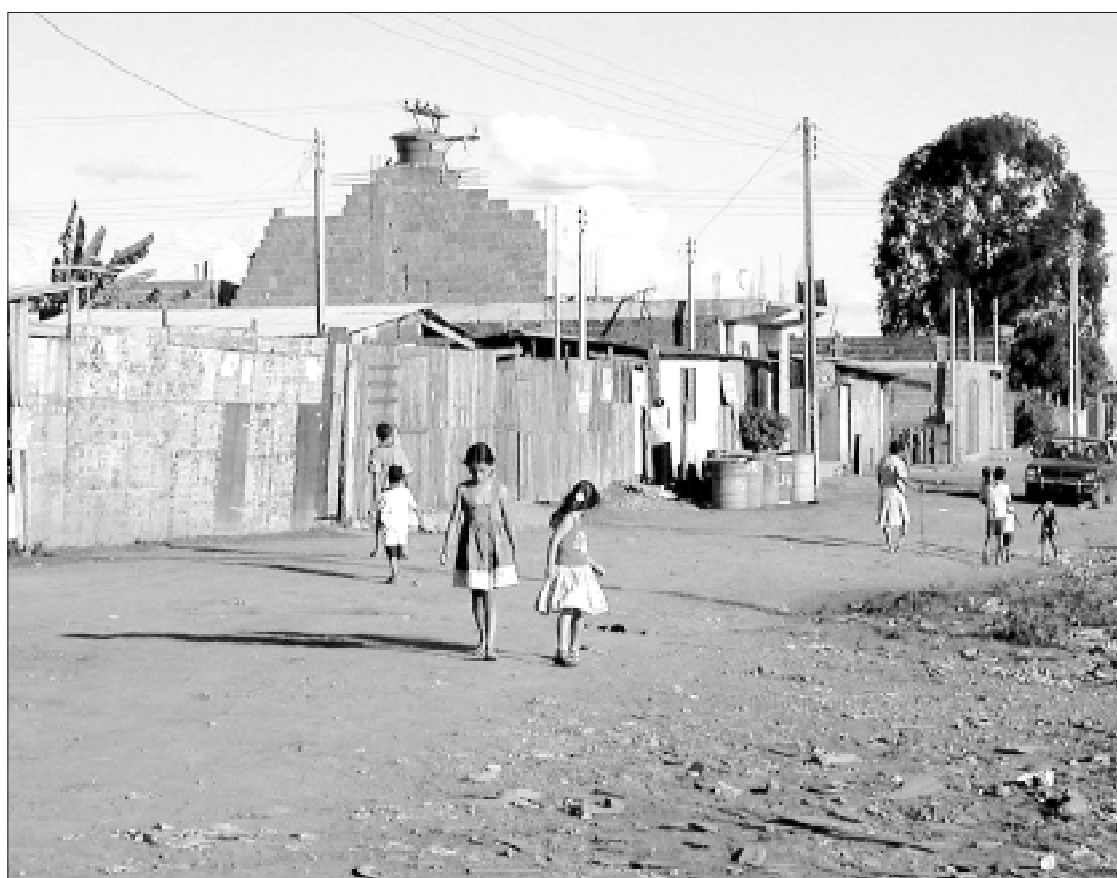
## Lideranças tentam votar nesta semana a Lei de Diretrizes Orçamentárias

Em reunião amanhã, lideranças partidárias tentarão negociar acordo que garanta a votação ainda esta semana do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). PT, PDT e PCdoB estão obstruindo as votações na Comissão Mista de Orçamento na tentativa de incluir no Orçamento da União de 2003 reajuste do salário mínimo, a partir de abril do próximo ano, para R\$ 240.



João Alberto já apresentou seu parecer ao projeto da LDO

PÁGINA 2



Waldemar Rodrigues

Proposta que a Comissão de Assuntos Sociais examina amanhã altera a política nacional de habitação

## Comissão analisa projeto que garante habitação à mulher chefe de família

PÁGINA 4

## Municípios atingidos por calamidade podem ter recursos garantidos

PÁGINA 3

### Visto para estrangeiro pode ter nova regra

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar amanhã, às 17h30, projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que permite concessão de visto a estrangeiros que tenham passaporte emitido por governo não reconhecido pelo Brasil. O relator é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que emitiu parecer favorável à aprovação da proposta, na forma de substitutivo.

### CPI das ONGs investiga compra de terras na Amazônia

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no país toma amanhã, às 17h, o depoimento de Hector Daniel Garibotti, sócio-fundador da Associação Amazônia.

Na última reunião da CPI, o vice-presidente da Associação Amazônia, Luís Antônio de Souza, admitiu que recursos utilizados para a compra de terras em Rondônia ingressaram irregularmente no país.

Conforme o presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o relatório final deverá sugerir nova legislação para regulamentar a atuação das ONGs.

### Subcomissão debate mudanças na Rádio MEC

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática debate amanhã, em audiência pública, as mudanças realizadas na Rádio MEC.

Os convidados são o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o presidente da Sociedade dos Amigos da Rádio MEC, Luiz Carlos Saroldi, a representante do Comitê de Funcionários e Ouvintes em Defesa da Rádio MEC, Rute Gusmão, e o secretário de Comunicação da Presidência da República, João Roberto Vieira da Costa. A audiência foi solicitada pelos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Ricardo Santos (PSDB-ES).

# Líderes fazem reunião em busca de acordo sobre LDO

Oposições obstruem votação na comissão mista, exigindo reajuste de 20% para o salário mínimo em 2003, o que não é aceito pelo governo

As lideranças dos partidos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúnem-se amanhã, no final da manhã, para tentar um acordo que leve à votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003. Três partidos de oposição – PDT, PT e PCDoB – estão obstruindo a votação do relatório final da LDO, exigindo concessões do governo, entre elas reajuste de 20% para o salário mínimo em abril do ano que vem – dos atuais R\$ 200 para R\$ 240.

As lideranças do governo argumentam que as contas públicas não terão condições de suportar um gasto adicional de R\$ 8,6 bilhões na Previdência Social só com o salário mínimo e que é recomendável discutir o assunto apenas após as eleições, durante a votação do Orçamento da União de 2003.

O líder do governo na comissão, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), afirma que o salário mínimo só poderia aumentar em R\$ 40 se o governo cortasse os R\$ 8,6 bilhões em projetos sociais e investimentos da União. “O governo só tem tido cerca de R\$ 8 bilhões por ano para investir em estradas, hospitais e escolas. Se usar esse dinheiro no salário mínimo, prejudicará demais os outros projetos”, ponderou.

O relator da LDO, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), já apre-



Votação da LDO na Comissão Mista de Orçamento depende de acordo entre líderes

sentou seu parecer e espera um acordo das lideranças partidárias para que o relatório seja votado. Ele não incluiu qualquer reajuste para o salário mínimo, observando que, sem consenso partidário, não há como votar uma emenda com essa finalidade. A única menção da LDO sobre salário mínimo, até agora, prevê que ele deverá receber reajuste para manter seu poder de compra, ou seja, acompanhará a inflação de abril deste ano a março de 2003.

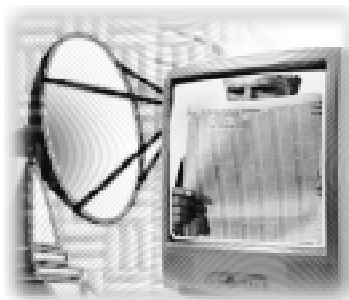
A emenda do salário mínimo de R\$ 240 foi apresentada pelo PT, mas existem outros entraves na negociação. O PDT, por exemplo, quer que as lideranças na Câmara se comprometam a votar uma medida provisória modificada que reajusta os salários dos técnicos e auditores da Receita Federal. O relator mudou os valores e ainda incluiu auditores de outras áreas do Executivo. A equipe econômica não quer aceitar a alteração, pois o custo para os cofres públicos poderá passar de R\$ 700 milhões em 2003.

O relator da LDO, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), já apre-

## Conselho de Comunicação Social elege presidente

O Conselho de Comunicação Social reúne-se pela primeira vez amanhã, às 18h30, para eleger o presidente e o vice-presidente do órgão. Criado pela Constituição federal de 1988, o conselho, formado por 13 titulares e respectivos suplentes, funcionará como órgão consultivo e auxiliar nas decisões do Legislativo para o setor de comunicação social do país. Compete ao conselho elaborar seu regimento interno, que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela Mesa do Senado.

O órgão deverá ser chamado a se manifestar sobre temas relacionados com a liberdade de expressão, a informação, os modelos de con-



trole dos meios de comunicação, o conteúdo das programações da mídia e também sobre a legislação referente à propriedade dos canais de rádio e televisão.

O primeiro mandato dos integrantes do conselho terminará em 31 de março de 2003, para que o início do

mandato da próxima composição coincida com a nova legislatura. Mas o mandato definido em lei é de dois anos, sendo permitida uma única recondução.

São os seguintes os 13 representantes eleitos: Paulo Machado de Carvalho Neto (rádio); Roberto Wagner Monteiro (TV); Paulo Cabral de Araújo (imprensa); Fernando Bitencourt (engenheiro); Daniel Herz (jornalista); Francisco Pereira da Silva (radialista); Benicé Bezerre (artista); Geraldo Pereira dos Santos (cinema e vídeo); José Paulo Cavalcanti, Alberto Dines, Jayme Sirotsky, Carlos Chagas e Ricardo Moretzon (sociedade civil).



### AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2002

#### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

#### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 53/02, altera o inciso I do artigo 2º da Lei nº 7.394/85 (dispõe sobre redução da duração do curso de técnico em radiologia); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02, altera os artigos 14 e 15 da Constituição federal, para permitir o voto dos presos; PDL nº 8/02, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre os governos do Brasil e da Costa Rica; PDL nº 9/02, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação das Leis de Concorrência, celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão; e PR nº 10/01, acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 99 da Resolução do Senado nº 93/70, para estabelecer que o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 16/01, dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher; PLC nº 52/02, dá a denominação de Aeroporto de Petrolina – Senador Nilo Coelho, ao aeroporto da cidade de Petrolina (PE); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00, introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02, altera os artigos 14 e 15 da Constituição federal; PDL nº 219/01, anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul a Alberto Fujimori pelo governo brasileiro; e Requerimento nº 374/02, do senador Waldeck Ornelas, solicitando que sobre o PLS nº 273/01 seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00, introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02, altera os artigos 14 e 15 da Constituição federal; e requerimentos do senador Wellington Roberto, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 128/01, de sua autoria, e do senador Moreira Mendes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 86/02, de sua autoria.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



# Malan e Fraga explicam mudanças nos fundos

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, ministro da Fazenda e presidente do Banco Central devem esclarecer alterações nos fundos de investimentos, que resultaram em desvalorizações e prejuízos a investidores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviu amanhã o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, sobre mudanças recentemente postas em prática na cotação dos fundos de investimentos. As mudanças causaram a desvalorização de vários fundos, com prejuízos para investidores. A audiência pública atende a requerimentos apresentados pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na pauta da CAE está prevista votação de 19 itens, entre eles o pedido do presidente da República para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possa tomar um empréstimo de US\$ 100 milhões junto ao Banco Nórdico de Investimento. O negócio, que terá aval da União, destina-se a financiar empresas brasileiras de interesse comum entre o governo brasileiro e



Romero Jucá e Eduardo Suplicy assinam requerimentos para realização da audiência pública na CAE



Fotos: José Cruz

os da Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. A proposição tem parecer favorável do relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Outra matéria de destaque é o projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que concede prioridade aos alimentos oriundos de propriedades familiares nas compras do governo federal para programas de combate à fome. A proposta tem parecer favorável do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA).

A comissão deve também examinar proposta determinando que bancos públicos federais apliquem metade dos recursos disponíveis em financiamentos a pequenas e

microempresas. A proposta, de autoria de Osmar Dias (PDT-PR), conta com parecer favorável do senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Os senadores devem ainda discutir pedido do presidente da República para perdoar parcialmente a dívida da Costa do Marfim, de US\$ 5,5 milhões, atendendo a acordo firmado no âmbito do Clube de Paris, que reúne países ricos da Europa. O Brasil foi beneficiado pelo Clube de Paris com o alongamento de sua dívida com países europeus nos anos 90.

## NOMEAÇÕES

Após a ordem do dia em Plenário, a CAE realiza reunião para votar indicações para a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. Todas as votações são secretas.

## Paulo Renato poderá ser convocado a depor

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, poderá ser convocado a prestar esclarecimento perante a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) sobre denúncia de suposto pagamento de propinas no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, conforme requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que será examinado pela comissão em reunião na quarta-feira.

A CFC também analisará outro requerimento da senadora, convidando o empresário Gregório Marin Preciado e o senador José Serra (PSDB-SP) a comparecerem à comissão para esclarecer fatos relacionados a denúncias divulgadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* relativas à privatização de três es-

tatais estaduais. Conforme a reportagem, o empresário teria obtido R\$ 2 bilhões do Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) para participar dos leilões de privatização das empresas.

Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) solicitou que sejam convidados o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) e dois ex-diretores da Previ, Humberto Diniz e Antonio Nogueirol. O senador quer que eles esclareçam a participação do deputado na privatização da Companhia Vale do Rio Doce e apresentou requerimento baseado em reportagens



Heloísa quer ouvir ministro sobre privatização da Vale

publicadas pelo jornal *O Globo*, segundo as quais o deputado esteve por duas vezes com os diretores da Previ, objetivando influir na composição do consórcio a ser formado para ingressar no leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Outro requerimento a ser examinado é do senador Moreira Mendes (PFL-RO) solicitando depoimento do diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Gabriel Araújo, sobre denúncias relativas a irregularidades em projetos de pesca no Nordeste.

## Projeto beneficia municípios atingidos por calamidades

Projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que destina a municípios atingidos por calamidades as importâncias não pagas dos prêmios de loteria autorizada pelo poder público será examinado amanhã pela Comissão de Educação (CE). A proposta recebeu parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que elaborou substitutivo ao texto original, e deverá ainda ser submetida ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Lobão justificou o projeto dizendo ser justo e oportuno que os recursos de prêmios que não foram sacados pelos ganhadores, nem contabilizados pela Caixa Econômica Federal (CEF), sejam destinados aos municípios brasi-

leiros atingidos por calamidades climáticas ou ecológicas.

Consta também da pauta projeto de lei da Câmara que dá o nome de "Subestação Delfino Araújo Macedo" à subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte, situada em Miracema do Tocantins (TO). O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Em decisão terminativa, a CE analisa projeto de José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre educação profissional em nível nacional, com parecer, pela rejeição, de Romero Jucá (PSDB-RR). Caso haja recurso, a matéria poderá ir a Plenário. Emilia Fernandes (PT-RS) pediu vista e apresentará voto em separado, na forma de substitutivo.

## Comissão analisa horário de verão e mudança em rodovias

Dos dez projetos em pauta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com reunião marcada para amanhã, seis propõem alterações no Plano Nacional de Viação. Mudanças na implantação do horário de verão, objeto de projetos do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e do deputado federal Márcio Fortes (PSDB-RJ), também deverão ser examinadas, ao lado de outras duas matérias que tratam do setor energético nacional.

De autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), dois projetos sugerem modificação do traçado das BRs 080 e 242. Ambos têm pareceres favoráveis dos relatores, Iris Rezende (PMDB-GO) e Jonas Pinheiro (PFL-MT), respectivamente. Já o projeto da Câmara que prevê a construção de

muro de proteção contínuo em pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais teve voto pela rejeição do relator, Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Quanto ao horário de verão, Maguito defende que Goiás, Tocantins e Distrito Federal fiquem fora da obrigatoriedade de aderir a esse horário. Márcio Fortes pretende que o horário de verão seja estabelecido em datas determinadas e em regiões específicas. As duas iniciativas contam com parecer favorável da relatoria.

A CI deve pronunciar-se sobre relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no setor elétrico brasileiro. O levantamento teve o objetivo de identificar as causas e possíveis soluções para a crise no setor.

## Reforma do Judiciário é debatida em Plenário e deve voltar à CCJ

O Senado passa a próxima semana discutindo a proposta de emenda à Constituição que reforma o Poder Judiciário e mais 17 matérias correlatas, entre elas uma do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que permite o voto de presidiários e três que tratam da escolha do procurador-geral da República, que passaria a ser feita pelos integrantes do Ministério Público.

Quinta-feira, a proposta de reforma do Judiciário, relatada pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), estará pronta para votação

em primeiro turno, mas deverá retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em razão de emenda apresentada por José Fogaça (PPS-RS) para substituir a súmula de efeito vinculante pela súmula impeditiva de recurso. Cabral anunciou que a emenda de Fogaça sofrerá demorado estudo, por ser "inteligente e engenhosa".

Entre as propostas que tramitam em



Bernardo Cabral: emenda deverá sofrer demorado estudo

conjunto com a da reforma do Judiciário, estão uma do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que atribui ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei para criar varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros, e uma do senador Paulo Souto (PFL-BA), que confere

ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.

Na quarta-feira o Senado vota, em segundo turno, proposta do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) estabelecendo limites de despesas com o Poder Legislativo municipal. A proposta visa excluir, para efeito de cômputo das despesas do Legislativo municipal, além dos inativos, os pensionistas e os encargos sociais.

# Projeto beneficia mulher na compra de imóvel

Conforme proposta de Emilia Fernandes que será examinada amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais, deverão ser destinados às chefes de família pelo menos 20% dos recursos alocados ao setor habitacional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar amanhã, a partir das 14h30, projeto de lei da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que destina às mulheres chefes de família no mínimo 20% do total de recursos alocados para o setor habitacional. A proposta, que altera a política nacional de habitação, tem parecer favorável da senadora Marina Silva (PT-AC).

Também está na pauta da comissão substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) determinando que todos os hospitais públicos e privados devem manter ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas com idade superior a 65 anos.

Marluce Pinto optou por alterar o projeto, de modo a limitar a exigência aos ambulatórios e hospitais gerais, por considerar que várias unidades hospitalares dispõem de atendimento exclusivo em especialidades que não lidam com idosos, como obstetrícia e pediatria. A decisão da CAS sobre a proposta será conclusiva, ou seja, a matéria só irá a Plenário se houver recurso nesse sentido.

Outra matéria que deverá ser analisada pela comissão é o parecer do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) favorável ao projeto da Câmara que faculta ao trabalhador sacar seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento do valor de aquisição de lote popular de uso residencial.

A legislação atual permite que



Marina Silva ofereceu parecer favorável à proposição

o FGTS seja sacado para aquisição de moradia já concluída, liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento concedido pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), abatimento das prestações decorrentes de financiamento do SFH e pagamento de recursos próprios de imóvel residencial em fase de construção.

## Emilia elogia estímulo a agricultura familiar

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) elogiou sexta-feira, em Plenário, o empenho do governo do Rio Grande do Sul no desenvolvimento da agricultura familiar. Ela apontou a recente assinatura de convênios no valor de R\$ 6,1 milhões com 56 prefeituras do estado

como prova do compromisso do governo gaúcho com os pequenos e médios produtores rurais.

— O governo do Rio Grande do Sul tem demonstrado sua lucidez ao investir na agricultura familiar,



Emilia destacou empenho do governo gaúcho com o setor

ar, distribuindo oportunidades e renda. Os convênios têm como objetivo combater a pobreza no meio rural — afirmou.

A senadora citou recentes declarações do pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o qual não há incompatibilidade entre a agricultura familiar e a empresarial. Ao contrário, observou, ambas se completam e podem contribuir para o aumento da produção nacional. Emilia referiu-se ainda à afirmação de Lula de

que é pequena a produção atual de 100 milhões de toneladas de grãos para um país como o Brasil, que tem área cultivável maior que a da China.

De acordo com a senadora, das 994,5 mil propriedades rurais do Brasil, 907,6 mil são propriedades familiares. Na sua opinião, o investimento em pequenos e médios produtores revela uma visão de solidariedade, cidadania e participação dos trabalhadores do campo.

Para Emilia Fernandes, os programas desenvolvidos pelo governo gaúcho são importantes não apenas para o seu estado, mas para toda a Região Sul.

## Ademir alerta para "calote" de R\$ 11 bilhões no Fundef

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou o que considera desrespeito, por parte do governo, à fórmula de cálculo do valor mínimo anual a ser destinado a cada aluno da rede pública pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Ao reduzir esse valor, disse o senador, o governo também reduz o volume de verbas a serem complementadas pela União naqueles estados em que os

recursos do fundo não alcançam o valor mínimo.

Segundo disse, o governo federal tem promovido um "verdadeiro calote" na complementação que deve fazer aos estados nos quais o custo por aluno ficou abaixo da média nacional. "Esse calote não é de agora. Vem desde a criação do Fundef, em 1998. Ao longo dos últimos anos, a dívida acumulada está beirando os R\$ 11 bilhões."



Roosevelt Pinheiro

Ademir pediu votação do projeto que corrige falhas

Ademir pediu pressa na tramitação de projeto de sua autoria que procura corrigir falhas no Fundef, especialmente em relação à definição do valor mínimo anual por estudante e a conseqüente complementação devida aos estados mais pobres.

## Lobão destaca iniciativa da Vale em favor do desenvolvimento

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou que a Companhia Vale do Rio Doce iniciará no próximo ano um projeto de produção de cobre no município de Canaã dos Carajás (PA) orçado em US\$ 380 milhões. O metal será escoado pelo Porto de Itaqui, em São Luís, de onde



Lobão reportou-se a projeto da empresa para produzir cobre no Pará

partirá toda a produção do concentrado de cobre para os mercados nacional e internacional.

— A Companhia Vale do Rio Doce tem sido, ao longo dos anos, uma alavanca do desenvolvimento nacional, gerando empregos e projetando de forma competitiva a nossa economia no cenário in-

ternacional. É uma empresa que orgulha todos os brasileiros. O seu sucesso é uma marca constante: ocorreu na fase em que era estatal e prossegue, agora, comandada pelas mãos da iniciativa privada — afirmou.

Edison Lobão salientou que em março passado destacou da tribuna do Senado a inauguração, em São Luís, da usina de pelotização da Vale do Rio Doce, empreendimento orçado em US\$ 408 milhões. Na ocasião, ele explicou que a unidade constituía-se na maior e mais moderna usina desse tipo no mundo.

### Importação de cobre só perde para carvão mineral

A baixa produção de cobre obriga o Brasil a comprar em outros países quase todo o minério que consome. Em 2001, a importação chegou a 543,8 mil toneladas, o que resultou em um desembolso de US\$ 238,7 milhões. É o segundo minério mais importado pelo país, atrás apenas do carvão mineral



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

Adonias Ribeiro (Manaus — AM):

Quero sugerir ao senador Roberto Freire que faça um projeto de lei visando ao controle da natalidade, como forma de enfrentar os problemas da fome e da miséria.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) responde: Eu já trabalhei muito com a questão da paternidade responsável, fui relator de alguns projetos de atendimento materno-infantil, questões de planejamento familiar, problemas de direitos da mulher. Também fui relator de um projeto aprovado que trata da questão do aborto em casos que a lei permite. Sobre o controle da natalidade é importante esclarecer que o Brasil tem uma taxa de natalidade compatível aos países mais desenvolvidos. Acho desnecessária uma lei que estabeleça controle de natalidade. O que se deve ter é, sim, a paternidade responsável.